

ANO NOVO: ORÇAMENTO E O QUE AÍ VEM

por Mário Soares

Passadas as Festas, iniciamos 2010, que é o primeiro ano da segunda década do século XXI. Não vai ser, infelizmente, um ano fácil. Deixemos o Mundo, tão complexo e inseguro – e mesmo a Europa, não menos incerta, a que pertencemos – e concentremo-nos em Portugal e na sua especificidade.

Deixemos, por um momento, a crise global, que veio de fora (não o esqueçamos) e a crise estrutural, que nos é própria, apesar de ter sido agravada pelo global. Notemos que a política interna se encontra, depois das eleições, num impasse crispado, à espera do debate na Assembleia da República sobre o próximo Orçamento do Estado. As duas circunstâncias referidas – a crise e o impasse político – tornam a situação portuguesa particularmente delicada, até porque as eleições presidenciais, que se aproximam, podem tornar ainda mais complexa a situação.

A própria Comunicação Social, alguma sempre tentada a alargar as brechas partidárias e as suas naturais divergências – para vender mais papel ou ter maiores audiências – tem vindo a sublinhar a necessidade dos Partidos se entenderem e de haver bom senso entre os responsáveis políticos. Ora, a eventualidade de novas eleições legislativas, seria muito desvantajosa para todos os Partidos e, sobretudo, para o País. É verdade!

Sucede, para acentuar o melindre da situação, que o Orçamento, este ano, é extremamente difícil de elaborar, por forma mais ou menos consensual. Por duas razões, entre outras: porque o deficit e o endividamento não podem crescer demasiado, visto que o Governo não pode ignorar as recomendações, em contrário, de Bruxelas; e depois, dado que se queremos abrandar a crise económica – e mudar o modelo de desenvolvimento, como parece imprescindível – o Estado terá de ajudar, o mais que possa, a criação de novos empregos, diminuir o trabalho precário, incentivar as pequenas e médias empresas, além de valer à pobreza que atingiu, segundo afirmam as gazetas, cerca de dois milhões de portugueses. Repare-se que são, em si mesmos, objectivos contraditórios...

Até agora, os Partidos da Oposição parecem ter uma preocupação única: mostrar ao Partido do Governo que deixou de ter maioria absoluta na Assembleia. É exacto! Assim o determinou a votação do Povo soberano. Contudo, como salientou, com lucidez, Francisco Assis, nem por isso a Oposição pode exigir do Governo que aplique medidas contrárias às suas promessas eleitorais ou, ainda pior, que as contradigam em absoluto. Nessa hipótese, estaria a ser infiel ao eleitorado que lhe deu a vitória...

Perante esta dificuldade real, que joga com as estratégias dos Partidos, é indispensável que estes tenham consciência – todos – do impasse político em que se encontra o País e que o eleitorado em geral sente na carne, com grande descontentamento. Por isso, deve ser ultrapassado, quanto antes. Por outro lado, Portugal tem obrigação de elaborar, com urgência, uma estratégia de desenvolvimento sustentado, a médio prazo, com dimensão social e ambiental, que tenha em conta a correcção das desigualdades, que constituem uma vergonha, tantos anos depois do 25 de Abril. Não basta apagar os fogos que vão surgindo.

Porquê? Porque está em causa a coesão nacional, quando a dimensão social e o ambiente são formas de desbloquear o impasse para sairmos da crise. Precisamos, aliás, de aprofundar a nossa Democracia e o nosso Estado de Direito, para não correremos o risco de nos tornarmos uma Plutocracia, com pouco respeito pelos Direitos Humanos, no sentido amplo da expressão.

Para tanto, devemos dinamizar a concertação social, entre Sindicatos e Associações Patronais, arbitrada pelo Estado. É também nesse quadro, que os Partidos que se dizem de Esquerda – PS, PCP e Bloco – deviam definir claramente os valores que defendem e os objectivos

fundamentais que, cada um, visa atingir. O que clarificaria o ambiente político crispado em que vivemos.

Portugal é hoje um país do primeiro Mundo e, colectivamente, os portugueses não-de considerar-se, apesar de tudo, privilegiados. Mas num contexto tão complexo de crise, o Governo e os Partidos incorrem em enormes responsabilidades.

Ao PS, como Partido do Governo, recomendaria, se me é permitido, paciência e flexibilidade nas negociações com os seus interlocutores partidários e sociais, a par da firmeza quanto ao fundamental. Aos Partidos da Oposição – e também ao PS, enquanto Partido – aconselharia uma reflexão aprofundada sobre a história política do século passado, e as desgraças que imprudentemente causou: a tragédia de Espanha, o fracasso das Frentes Populares e o triunfo transitório da nazi-fascismo, que contaminou e atemorizou a Europa e o Mundo. Reflexão, que devia ser completada por outros exemplos, mais actuais: o desastre do golpe de Estado militar que deu o poder a Pinochet e que tanto custou ao Chile, um dos países mais evoluídos da Ibero-América; o colapso da URSS e das chamadas Democracias Populares (de que o PCP não tirou ainda as suas lógicas consequências); e o triunfalismo em que se lançou a Direita Americana, após a queda do comunismo, que passou a considerar os Estados Unidos como os “donos do mundo”, reforçando o complexo industrial e militar, denunciado por Eisenhower, lançando-se no neo-liberalismo, sem freios nem valores, que conduziu directamente à crise global (financeira, económica, política, social e ambiental), em que hoje nos debatemos...

São exemplos que podem servir aos Partidos e Sindicatos que neles reflectam, para se aperceberem que é sempre perigoso esticar a corda além de certos limites. O que hoje parece adquirido, pode não o ser num futuro próximo. A história está cheia de recuos desse tipo...

Numa breve análise sobre os Partidos portugueses um pouco fechados sobre si mesmos, diga-se, e dos perigos em que incorrerem, dada a situação em que Portugal se encontra, direi apenas o que me parece essencial, lembrando que sou um homem de partido e que acredito no pluralismo partidário.

O PS, partido hoje de Governo, tem tido uma acção estruturante na Democracia, com altos e baixos, entenda-se. Ora, a alternância é uma das condições da democracia pluralista. Um Partido de poder, em Democracia, vai ser um dia, necessariamente de Oposição. Portanto, é sempre perigoso que, no Governo, se esqueça o Partido ou se deixe perder a sua capacidade de intervenção. Agora, com uma maioria relativa, o Governo é obrigado a dialogar com os outros Partidos, e o PS, como tal, faz falta. Até para que o diálogo possa funcionar com menos crispação. É fundamental que o diálogo pluripartidário não se interrompa.

O PSD é hoje um partido conservador, focalizado sobre o poder, sem rumo claro nem ideologia certa, tendo, além disso, de momento, divisões internas graves. A continuar assim, arrisca-se a ficar fora do poder demasiado tempo. Balsemão, que sabe do que fala, lançou um aviso à navegação muito sério. Cito: “Temos de sair deste impasse, sob pena de caminharmos para o suicídio”. Penso que tem razão. E acrescento: o que seria péssimo para a nossa Democracia.

O CDS/PP, como agora parece chamar-se – depois de ter sido só CDS e só PP – teve um crescimento inesperado nas últimas eleições, devido aos votos que tirou ao PSD. Não creio que seja uma tendência que se possa manter, a menos que o PSD entrasse em colapso. Ora, contar com as desgraças dos outros, é sempre má política, sobretudo quando a ideologia escasseia e a ambição abunda...

O Bloco de Esquerda, que inicialmente constituiu uma lufada de ar fresco para a Esquerda, até hoje não quis definir um projecto alternativo de poder, para Portugal, o que necessariamente passava por uma aliança com o PS. Nunca a desejou, talvez por pensar que poderia fagocitar uma boa parte do PS. Desejo impossível. Antes, já o PRD tentou esse caminho e foi o fracasso que se sabe. Assim, transformou-se num Partido de protesto. Ora, para isso, já existe entrincheirado no seu bunker, o PCP...

É certo que o PCP não mudou nada nem quer. É um caso sui generis, na Europa de hoje. Único ou quase. Mas aguenta-se. Tem algum poder em algumas autarquias e uma manifesta influência sindical. Mas está voltado para o passado e as gerações vão-se renovando...

Quer isto dizer, a Esquerda que em conjunto representa uma larga maioria, em Portugal, não podendo entender-se, arrisca-se a criar uma vazia de poder ou a dar o poder à Direita. Mas a qual? Se o PSD fosse um Partido do Centro Direita (moderado) – como no tempo de Sá Carneiro, Balsemão ou Mota Pinto chegou a ser – isso não teria qualquer gravidade. Mas tal como é hoje, não conduziria a nada. Com ou sem aliança com o PS, o que para este, seria uma porta aberta para perda de identidade.

Quando os Partidos da Oposição acusam Sócrates de ter um governo de minoria, deveriam dizer aos portugueses o que propõem para que não seja assim. Estarão dispostos a apresentar ideias para o nosso futuro colectivo, que sejam aceitáveis pelo eleitorado? Quais? É o que veremos, em concreto, quando se discutir o Orçamento. De todos os cenários possíveis o melhor ainda é um governo minoritário PS. Mas que responsabilidade constitui para o PS!...

Tenhamos ainda em conta, para complicar a situação, um tema que a imprensa adora: o conflito institucional, entre Presidente e Primeiro-Ministro. Não tem lógica. Tanto mais que nenhum dos dois protagonistas tem qualquer interesse num tal conflito, embora possam surgir atritos inevitáveis, naturais no regime que adoptamos. Estamos habituados a lidar com eles, desde que não ultrapassem os limites do bom senso.

Outra questão é a aproximação das eleições presidenciais. O Presidente, julgo, vai prolongar, quanto possa, a prática do tabu a que nos habituou. Mas irá apresentar-se como Candidato independente ou será apoiado pelo Partido que o elegeu? Mas qual? Quando não se sabe como será? Outro busílis.

Em conclusão, Portugal encontra-se numa situação difícil, tanto política como económica e social. Sem esquecer o descrédito da Justiça, que agrava tudo. Mas já tivemos situações muito difíceis nas últimas décadas e soubemos sempre superá-las. Toda a gente informada o reconhece.

Pertencemos à União Europeia, que continua paralisada, apesar de ter aprovado o Tratado de Lisboa. Os egoísmo nacionais sobrepõem-se hoje, abertamente, aos interesses da União, como Comunidade. O que é péssimo. No entanto, as realidades são o que são. Às vezes as crises criam insuspeitadas oportunidades. Tenhamos, pois, confiança. As dificuldades actuais, acredito vão obrigar, em tempos próximos, a mudanças significativas.

Portugal não é a Grécia, com todo o respeito pela Grécia, nem a Itália de Berlusconi ou a própria Espanha nem, muito menos, alguns outros países do Leste. Tem, de resto, outros horizontes, para além da União, como tenho vindo a salientar, nos artigos que aqui tenho escrito. A CPLP, com certeza, o Atlântico, a Ibero-América... Portanto, tenha confiança em nós próprios, portugueses. Temos boas razões para isso. Leiam-se os autores estrangeiros que falam de nós. E abandonemos – os que os têm – os complexos de inferioridade...

2010 é o ano em que passa o Centenário da República. Fomos a terceira República europeia: depois da França e da Suíça. A nossa II República (1974-2009) já durou mais do dobro da I, sem revoluções, golpes de Estado, atentados ou crises insuperáveis. Tenhamos confiança! Inspiremo-nos na ética republicana e nos seus valores patrióticos, da liberdade, da igualdade possível e da fraternidade. Não temos conflitos insanáveis nem dificuldades que não possamos vencer. Os profetas da desgraça não têm razão, nem nunca foram capazes de construir nada de jeito. O Povo Português sabe isso, por intuição própria e pela cultura residual que lhe foi dada por uma Nação de quase nove séculos de existência, independente!

Lisboa, 5 de Janeiro de 2010